



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
ESTADO DO PARANÁ**

RESOLUÇÃO Nº 01, de 26 de Novembro de 2024.

Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de São José da Boa Vista – PR, aprovado pelo Projeto de Resolução nº 01/2024.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de São José da Boa Vista – PR, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º- O artigo 10 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

**TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA
CAPÍTULO I
DA MESA
SEÇÃO 1
DA ELEIÇÃO DA MESA**

Art. 10- A eleição da mesa será feita por maioria absoluta de votos, realizando-se novo escrutínio entre as duas chapas mais votadas, se não obtiver quórum, exigindo-se, então, apenas a maioria simples, neste segundo escrutínio; em caso de empate nas eleições da Mesa Diretora, será proclamada vencedora a chapa que tiver como Presidente o Vereador mais votado nas eleições municipais e, persistindo o empate, o mais idoso.

§1º- A eleição da Mesa Executiva far-se-á por escrutínio público e votação nominal aberta, exigida maioria absoluta de votos dos membros da Câmara, em primeiro escrutínio, e maioria simples em 2º escrutínio, observadas as seguintes exigências e formalidades:

I - presença da maioria absoluta dos Vereadores;

II - suspensão da sessão, por prazo determinado, para composição das chapas;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA ESTADO DO PARANÁ

III - apresentação das chapas;

IV - encerramento do prazo para apresentação de chapas, proclamação dos nomes dos candidatos e dos respectivos cargos a que concorrerão em cada chapa;

V - chamada nominal e alfabética dos Vereadores para a votação, os quais deverão proclamar a chapa e os nomes em que votam;

VI - apuração dos votos, mediante acompanhamento das lideranças partidárias;

VII - proclamação dos resultados pelo Presidente interino;

VIII - realização do segundo escrutínio, quando no primeiro não se alcançar maioria absoluta de votos dos membros da Câmara.

IX - proclamação do resultado final pelo Presidente em exercício.

Art. – 10 - A- O procedimento para eleição se dará da seguinte forma:

§ 1º - Antes do início da eleição, o Presidente interino constituirá uma comissão especial para fiscalizar o andamento da eleição.

§ 2º - O Vereador poderá usar da palavra, por 5 minutos, para a apresentação de chapas.

§ 3º - Havendo mais de uma chapa concorrente, se nenhuma delas tiver maioria absoluta de votos no primeiro escrutínio, participarão do segundo apenas as duas mais votadas no primeiro.

§ 4º - É vedado ao Vereador concorrer a cargos da Mesa Executiva em mais de uma chapa.

§ 5º - Os suplentes de Vereadores em exercício temporário da Vereança não poderão concorrer a cargos da Mesa Executiva, porém, terão direito a votar.

§ 6º - Na composição da Mesa Executiva assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

Art. 2º- O artigo 334 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA ESTADO DO PARANÁ

Art. 334- Recebidas as contas prestadas pelo Prefeito e pelas entidades da administração indireta, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara:

I - determinará a publicação do parecer prévio, no diário oficial;

II - encaminhará o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, onde permanecerá, por quinze dias, à disposição para exame de qualquer do povo, que poderá questionar-lhe a legitimidade;

III - anunciará o seu recebimento no diário oficial do Município e no sítio eletrônico da Câmara na rede mundial de computadores, contendo a advertência do contido no inciso anterior.

IV - somente poderá ser questionado a legitimidade de algum aspecto das contas dentro do contido no Parecer Prévio do Tribunal de Contas, sendo vedado inserir matérias que não tenham anteriormente questionadas.

V - expedirá notificação pessoal ao responsável ou responsáveis, pelas contas, o qual terá o prazo de quinze dias para apresentar manifestação prévia.

Art. 3º- O artigo 335 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 335- Terminado o prazo do inciso V do artigo anterior, a Comissão de Finanças e Orçamento, apresentará Parecer relativo às contas do Prefeito, no prazo de trinta dias.

§ 1º Poderá a Comissão, em face das questões suscitadas, promover diligências, a qual poderá perdurar por até vinte dias, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes.

§ 2º Por solicitação da Comissão, devidamente fundamentada, poderá o prazo, previsto no caput, ser prorrogado por mais dez dias, a critério do Presidente da Câmara.

§ 3º Apresentado o Parecer a Comissão notificará o responsável ou responsáveis, pelas contas, o qual terá o prazo de quinze dias para apresentar manifestação final.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA ESTADO DO PARANÁ

§ 4º Decorrido o prazo, a Comissão com apresentação ou não de manifestação final do responsável ou responsáveis, pelas contas, concluirá pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, cuja redação acolherá o entendimento sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial, das contas apresentadas, sendo o mesmo instruído pelo relatório e voto, devidamente fundamentados, que motivam a decisão da Comissão, independente da concordância ou não com o parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 5º Em toda a tramitação será assegurado o princípio do contraditório e ampla defesa.

§ 6º Terminada a instrução, a Comissão submeterá o Projeto de Decreto Legislativo ao Plenário, para julgamento das contas, durante a sessão será oportunizado até trinta minutos para o responsável ou responsáveis, pelas contas ou seu procurador realizar defesa verbal.

Art. 4º- O artigo 336 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 336- Terminado o prazo do inciso II do artigo anterior, a Comissão de Finanças e Orçamento, apresentará Projetos de Decreto Legislativo relativamente às contas do Prefeito, no prazo de trinta dias.

§ 1º Poderá a Comissão, em face das questões suscitadas, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes.

§ 2º Por solicitação da Comissão, devidamente fundamentada, poderá o prazo, previsto no caput, ser prorrogado por mais dez dias, a critério do Presidente da Câmara.

§ 3º Concluirá a Comissão pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, cuja redação acolherá o entendimento sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial, das contas apresentadas. Sendo o mesmo instruído pelo relatório e voto que motivam a decisão da Comissão.

Art. 5º- O artigo 337 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA
ESTADO DO PARANÁ**

Art. 337- Se o projeto de Decreto Legislativo:

I - acolher as conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas:

- a) considerar-se-á rejeitado seu conteúdo, se receber o voto contrário de 2/3, ou mais, dos Vereadores, em qualquer dos turnos de discussão e votação, caso em que a Mesa, acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a redação para o segundo turno ou a final, conforme o caso;*
- b) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado.*

II - não acolher as conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas:

- a) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se receber o voto favorável de 2/3 ou mais dos Vereadores;*
- b) considerar-se-á rejeitado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado, devendo a Mesa acolher as conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas na redação para o segundo turno ou no final, conforme o caso.*

§ 1º Sendo aprovado o Decreto Legislativo, em seu primeiro turno e atingindo-se o quórum necessário, dispensará de nova votação, sendo expedido e publicado no diário oficial o Decreto Legislativo.

§ 2º O prazo para envio do Decreto Legislativo para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná é de cinco dias úteis a partir da publicação no jornal oficial.

Art. 6º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Elias Sutil de Oliveira, Câmara Municipal de São José da Boa Vista – Estado do Paraná, em 26 de Novembro de 2024.


DANIEL AMARAL
Presidente

Câmara de São José da Boa Vista	
Publicado	
Órgão	<u>Diário of. M. Paraná</u>
Data	<u>27/11/2024</u>
Página	<u>378 e 379</u>
Edição	<u>3161</u>

